

* 2 MAR 1997

O freio e as eleições



Até que ponto a política econômica joga com riscos para não desagradar ao eleitor?

Mais uma vez a balança comercial vai fechar fevereiro no vermelho. Um exercício de projeção tomando por base os resultados efetivos até domingo passado indica que o déficit poderá chegar a US\$ 1,440 bilhão este mês, com exportações de US\$ 3,115 bilhões e importações de US\$ 4,555 bilhões. Preocupante? Para os economistas do governo não. Pelo menos aparentemente. Vejamos, então, os fundamentos dessa equação que tem desdobramentos sobre o futuro do Plano Real e também sobre as eleições do próximo ano.

Há alguns dias o governo deu dois claros sinais de que não pretende, por enquanto, mudar o rumo da economia com o objetivo de aliviar o desequilíbrio externo. O primeiro sinal foi a alteração de valores do piso e teto da banda cambial. Na verdade nada mudou, o câmbio ficou no mesmo lugar e, uma vez mais, ficou evidente que o dólar continuará deslizando suavemente. Em seguida, o segundo sinal: o governo reduziu levemente a taxa de juros e não deu nenhum passo para restringir crédito e consumo.

Assim, descartou os dois únicos instrumentos de efeito imediato sobre os resultados da balança comercial. Aliás, a preocupação com o crescente desequilíbrio externo é comprovada em declarações de todos os integrantes das equipes do Ministério da Fazenda e do Banco Central. Em coro, Pedro Malan, Gustavo Loyola, Gustavo Franco e José Roberto Mendonça de Barros têm repetido o mesmo discurso: não há sinais de aquecimento de consumo que justifiquem

intervenção do governo; está inteiramente descartada a desvalorização cambial; e o déficit nas contas externas será folgadamente financiado pelo ingresso de capitais estrangeiros.

Em uníssono eles também admitem mudar de idéia, mas apenas em relação a percepção do grau de aquecimento da economia e, aí sim, aplicar medidas restritivas para frear o consumo. Os economistas do governo concordam

que o comportamento da balança comercial tem relação direta com o ritmo da atividade econômica. Ou seja, quando a economia interna está aquecida as exportações caem — por falta de mercadorias para exportar — e as importações crescem — em consequência do aumento da demanda interna. Acontece o inverso quando há desaceleração do ritmo de produção e consumo. Portanto, sabem muito bem que um freio na economia tem o poder de derrubar o déficit comer-

cial do País. A questão é que não há ainda convicção inequívoca da necessidade dessas medidas, disse esta semana o secretário de Política Econômica da Fazenda, José Roberto Mendonça de Barros.

Seria isso mesmo? Ou as avaliações do governo incorporam o componente político de não desagradar aos eleitores com medidas restritivas, antipáticas e com efeitos negativos sobre o emprego? Até quando é possível suportar déficits comerciais crescentes? Daria para monitorar um crescimento de 3% ou 4% na economia, até as eleições de 1998, sem ameaçar o Plano Real? Nesse momento, a aposta da equipe econômica é positiva, ou seja, a ameaça não está presente porque os recursos externos que ingressarão no País até 1998 — seja para investimento direto, privatização ou aplicação financeira — são suficientes para financiar o déficit externo. Não está, porém, descartado um recuo nessa aposta.

O dilema freio ou não freio depende, na verdade, do tamanho do risco que o governo avalia ser possível correr. Há aqueles que previnem sobre riscos: argumentam que o ritmo da economia está acelera-

do e é melhor aplicar o freio já, colher resultados na balança comercial e soltar as amarras no decorrer de 1998. Dessa forma, quando a campanha eleitoral esquentar o País já estará crescendo novamente. Mas há aqueles que não temem correr riscos e sustentam que dá para esticar a corda até as eleições.

Os resultados da balança comercial nos próximos dois meses serão decisivos para resolver o dilema. São contraditórios os últimos termômetros das pesquisas sobre aquecimento da economia. Visto, porém, pelo lado das exportações os números apontam para um diagnóstico afirmativo. Desde agosto do ano passado, o País vem perdendo receita cambial com exportações (ver quadro). Mesmo eliminando o efeito sazonalidade, como tem alertado o governo, ou seja, comparando-se os resultados com o mesmo mês do ano anterior, observa-se que só em janeiro ocorreu uma leve recuperação das vendas externas. Entre agosto e fevereiro, portanto em apenas sete meses, o País perdeu US\$ 745 milhões de receita. O nó da questão está no crescente enfraquecimento das exportações. Nem a isenção do ICMS na exportação, que — o governo, apostava — decididamente estimularia as vendas externas, foi capaz de recuperar a queda. E não vale culpar a falta de produtos agrícolas nos últimos meses de 96. Uma rápida análise dos números constata que a perda atinge matérias-primas e insumos não sujeitos à sazonalidade, que, nos períodos de aquecimento da economia, preferem o mercado interno. Alguns casos: laminados planos de ferro ou aço (queda de 24% em dezembro), ferro-gusa (-85,7%), papel de imprensa (-11,3%), tubos de ferro e aço (-40,1%), aços inoxidáveis (-57,4%), cátodos de cobre (-85,4%) e gasolina (-65%).

RECEITA COM EXPORTAÇÕES

Mês	Valor/96	Valor/95	Variação
Agosto	4.381	4.558	-177
Setembro	4.115	4.167	-52
Outubro	4.188	4.405	-217
Novembro	3.912	4.048	-136
Dezembro	3.789	3.875	-86
Janeiro *	3.685	3.473	212
Fevereiro **	3.116	3.405	-289
Saldo			-745

* - Os resultados de janeiro e fevereiro referem-se a 1997 e 1996

** - Dados de fevereiro são projetados

Fonte: Siscomex



Artigo

■ Suely Caldas é jornalista